

Bresser estuda lançamento de bônus da dívida externa no mercado internacional

SÍLVIA FARIA

BRASÍLIA — O lançamento de bônus da dívida externa brasileira no mercado internacional está sendo estudado pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, como uma forma de excluir cerca de 500 pequenos bancos do processo de negociação. A exclusão é, segundo o Ministro, uma das condições para a suspensão da moratória que o Brasil sustenta para os bancos privados.

A idéia concebida por Bresser Pereira é emitir bônus, a exemplo do que fez a Argentina, que renderiam o equivalente à **libor** (taxa de juros do mercado londrino) e um pequeno **spread**, inferior ao pago atualmente pelo Brasil. Os bancos pequenos, credores do Brasil, comprariam tais papéis, no valor correspondente ao vo-

lume de juros que têm direito a receber.

Para estes bancos, segundo assessores da Fazenda na área externa, a compra do bônus traz a vantagem de dar liquidez a um crédito que consideram duvidoso junto ao Brasil, e permitir sua saída da negociação, uma vez que a eles não interessa, por falta de tradição de operar no mercado internacional, continuar emprestando ao País.

Os bancos, de posse dos bônus, poderiam negociá-los posteriormente, com total liberdade no mercado externo. Este tipo de papel é de grande interesse para os fundos de pensão, que lidam com o problema de investir os recursos de seus segurados em títulos com rendimento fixo e regular. Os fundos teriam ainda a vanta-

gem de adquirir o bônus a um preço reduzido, considerando o deságio existente, entre 30 a 40 por cento sobre o valor de face, para os papéis de países do Terceiro Mundo.

A dívida brasileira está pulverizada em cerca de 770 bancos, sendo a maioria (cerca de 500, segundo dados do Ministro Bresser Pereira) detentora de pequenos créditos junto ao País. O processo de negociação que envolve a rolagem dos débitos, não é de interesse para estes bancos, que acabam por dificultar o entendimento com os demais credores.

Para o Ministro, os bancos maiores usam este argumento para proteger o resultado da negociação. Desta forma, o Brasil quer excluí-los, dando a eles oportunidade de negócio aceitável, eliminando uma forte fonte de pressão sobre a negociação ex-

terna. Essa proposta será levada por Bresser, já na primeira fase de discussão sobre a dívida com os credores, nos Estados Unidos. Paralelamente, ele levará o plano de conversão da dívida em investimentos diretos no Brasil, como barganha no momento da negociação.

A idéia do bônus foi desenvolvida pelo professor Stephen Kanitz, que integrou a equipe do então Ministro João Sayad. Diversas vezes, ele escreveu e apresentou sua proposta ao ex-Ministro Dílson Funaro e ao ex-Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, sem nenhum sucesso. Bresser agora resgata o projeto que chegou inclusive a ser discutido com membros da comunidade financeira americana e do Congresso, no ano passado, por Kanitz.